

# **RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIO DE SEGREGAÇÃO E CONFLITO: REPRESENTAÇÕES QUE ENGENDRAM TERRITORIALIDADES.**

**Estudo de Caso da Vila Nossa Senhora Aparecida no contexto da “Montanha Russa” - Santa Maria/RS.**

## **POWER RELATIONS IN SEGREGATION AND CONFLICT TERRITORY: REPRESENTATIONS THAT DREAM UP TERRITORIALITY.**

**Case Study Vila Nossa Senhora Aparecida in the context of “Montanha Russa” – Santa Maria / RS**

**Carla Juny Soares Azevedo<sup>1</sup>  
César De David<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho é uma pesquisa-participante no contexto da geografia social. Objetiva discutir as relações de poder, a fragilidade do direito ao território, a segregação socioespacial através das falas dos atores e representações suscitadas no processo investigativo. Busca conhecer com os moradores os planos do Poder Público Municipal, para a *Montanha Russa*, localidade da Vila Nossa Senhora Aparecida, cujo contexto insere-se no planejamento do Parque do Rio Vacacaí-Mirim/DNOS, situado no município de Santa Maria, RS. O processo investigativo junto com os moradores propiciou o acesso destes as informações, documentos, mapas e o contato com atores que contribuem para percepção mais ampla dos fatos. Em síntese, a pesquisa gerou possibilidades de participação e processos renovados de representação, produção e reprodução do lugar.

**Palavras-chaves:** Relações de poder – segregação socioespacial - Representações - Territorialidades

### **ABSTRACT**

Research-participant conception of social geography. Analysis object the power relations, weakness of the right to territory, socio-spatial segregation, the actors' statements and representations raised in the investigative process. Was knowing, along with the residents, the plans of the Municipality for the territory represented by the Montanha Russa, and particularly for the Vila Nossa Senhora Aparecida, which they plan to deploy the Parque Barragem Vacacaí/ DNOS, Santa Maria, RS. That occurs with the residents, enabling these actors access to information, documents, maps, and contact with actors that contribute to a broader perception of the facts. Possibility of participation and emergence of renewed representation processes, production and reproduction of place.

**Key words:** Investigation - Power relations – Socio-spatial segregation – Representations - Territorialidades

---

<sup>1</sup> Licenciada e Bacharel em Geografia pela UFMG, Mestre em Educação e Mestre em Geografia pela UFSM.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Geociências CCNE/UFSM.

## INTRODUÇÃO

Para realizar esse estudo de caso referenciei-me no suporte conceitual da geografia com o qual procurei abordar as principais dimensões da realidade dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, a partir de uma leitura das relações de poder que definem essa territorialidade como uma das porções segregadas existentes no contexto desse território conhecido como *Montanha Russa*, Santa Maria/RS. Parto do pressuposto de que tais relações são mediadas pela *fragilidade do direito ao território*, à medida em que se vê perdurar, ao longo de seus 40 anos de existência, a condição marcada pela *irregularidade fundiária*, configurando-se como questão que define e rege múltiplos problemas da vida cotidiana de sua comunidade. Nesse estudo de caso, que envolve o contexto da *Montanha Russa* o conflito tende a se explicitar, em função desse momento particular que envolve a premente construção do Parque Municipal da Barragem, prometendo remover os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida e influir no destino da comunidade da Vila Pércio Reis e Montanha Russa como um todo. Com base em autores como Raffestin (1993), Foucault (1999), Saquet (2007), dentre outros passa-se a compreender as *relações de poder* como relações de força produzidas e sofridas cotidianamente pelos atores envolvidos nas teias das relações sociais que são inerentes à existência do território. Ou seja, as relações de poder como aquelas que ocorrem no interior das práticas sociais, cujo efeito é sentido no processo de apropriação e de produção do território Raffestin (1993). Saquet (2007) define a natureza das relações sociais considerando que estas: “são em si conflituosas, heterogêneas, variáveis e dotadas de intencionalidades (Saquet, 2007: p.32)”. Neste sentido, fundamento minhas análises a partir de uma concepção de geografia que compreende o território não como um “dado *a priori*”, mas como uma construção social (Martins, 2007). E neste sentido, entendo o território como “definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (Souza, 1995: p.78). Assim, emprega-se como compreensão de *território* o conceito sintetizado por Saquet (2007: p59): “(...) como o espaço ocupado, apropriado e controlado; produto de relações sociais (...)” e, portanto, das relações de poder. Da perspectiva da multidimensionalidade do território reconhece-se ainda, que o simbólico embutido nas representações ou na visão de mundo dos indivíduos e atores não é apenas parte da realidade do território, mas é fundante dela, pois é de onde pensamos, tomamos decisões e agimos. Então, podemos compreender que as representações estão na base do modo de viver e de se apropriar do espaço, de criar, de desfazer e de re-criar territórios.

Tratar com o campo simbólico das representações significa reconhecer a necessidade de se instrumentar do conceito de territorialidade, uma vez que as representações estão na origem das concepções de mundo e sendo assim, servem de substrato para as relações de poder, configurando o teor das práticas sociais. A territorialidade se desdobra das situações concretas experienciadas pelos indivíduos e atores no território e se manifesta através da formação de grupos identitários, cujas escolhas definem determinados campos de interesses, julgamentos políticos ou morais. Nas palavras de Saquet (2007: p.64): A territorialidade é efetuada por relações sociais ou, mais precisamente, pela identidade espacial, pelo senso de exclusividade e pela compartimentação da interação do homem no espaço (...). Com base nesse conceito pode-se considerar cada uma das Vilas constitutivas desse território, conhecido como *Montanha Russa*, como territórios que dão vida e expressão a territorialidades distintas: das Vilas Nossa Senhora Aparecida, Pércio Reis e Bürguer. Entendendo-se que cada uma dessas desdobra-se em outras tantas territorialidades.

Esta última, por força das interações produzidas ao longo do processo investigativo, quase não aparece nesse estudo de caso. Sendo assim, focalizo os atores e as práticas suscitadas no bojo do processo investigativo que se estabeleceu a partir da busca de se conhecer, junto com os moradores, os planos do Poder Público Municipal para a Vila Nossa Senhora Aparecida.

Esse processo envolveu também, a busca do entendimento quanto ao modo de inserção da Vila Pércio Reis e da *Montanha Russa* como um todo, nesse momento histórico em que se depara com a perspectiva de construção do Parque da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim ou DNOS. A título de possibilitar uma visualização aproximada do contexto da *Montanha Russa* sublinho determinados conteúdos e processos, que considero fortes o suficiente para produzir uma configuração singular e caracterizar esse território.

Na perspectiva apontada por (Santos, 1999: p. 70) “as duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente”, uma vez que “os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente”. Com base nesse entendimento torna-se possível assinalar os seguintes conteúdos e processos:

- o potencial natural e paisagístico (ver figura 1);
- os problemas socioambientais (ver figura 3);
- o potencial social e organizativo e (ver figura 4).

Como cada um desses fatores afetam a dinâmica local, e como isso ocorre neste momento específico, quando os interesses se põem a idealizar uma nova forma de uso para esse espaço geográfico, será tema de discussão das linhas que se seguirão.

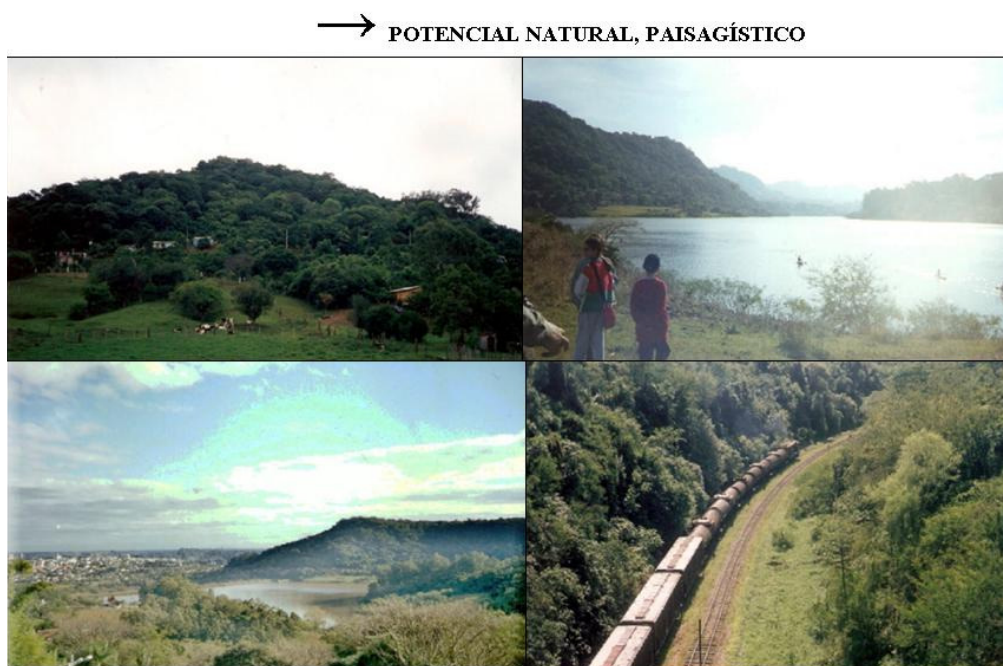


Figura 1: Zona de amortecimento da “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” - RBMA, domínio definido pelo Decreto Federal Nº 750/93

A Montanha Russa conserva o nome do antigo parque que existiu na área, entre as décadas de 10 e 20. Ainda hoje, o lugar é caracterizado pelo magnífico cenário natural e paisagístico composto pela Barragem do Rio Vacacaí-Mirim ou DNOS e morros vegetados do entorno, como o Morro Cechella. A percepção restrita ao potencial natural e paisagístico, desconsiderando os demais potenciais pode direcionar esse espaço geográfico, que também é um espaço social importante, a se transformar num alvo do turismo de mercado. Situação anunciada por Castells (1999:p.437) como aquela capaz de configurar “um caminho sem volta, em direção a uma absoluta perda da identidade local”. A partir de matéria publicada no Jornal “A Razão”, de 04/01/02, sob autoria de Fernando Floresta pode-se visualizar a **antiga delimitação** da área conhecida como *Montanha Russa*: “(...) compreendida entre a rua Euclides da Cunha e encostas da BR-158, tendo por base a Vila Schirmer e a Barragem do DNOS (...)”. Hoje, a linha do ônibus que serve a essa porção do Bairro Itararé, tem o nome de *Montanha Russa*.

Contudo, para uns moradores, a Vila Pércio Reis representa a *Montanha Russa*. Para outros, o flanco leste do Morro Cechella representa a *Montanha Russa*. E existem aqueles que consideram todo esse espaço social como pertencente à *Montanha Russa*, que é nossa opção nesse trabalho.

## Localização

A partir da (figura 2) pode-se visualizar a organização espacial da Montanha Russa com suas principais territorialidades: Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Bürguer e Vila Pércio Reis. Observando-se que a Vila Nossa Senhora Aparecida está situada na porção leste do Morro Cechella, Bairro Itararé, setor nordeste da cidade de Santa Maria.

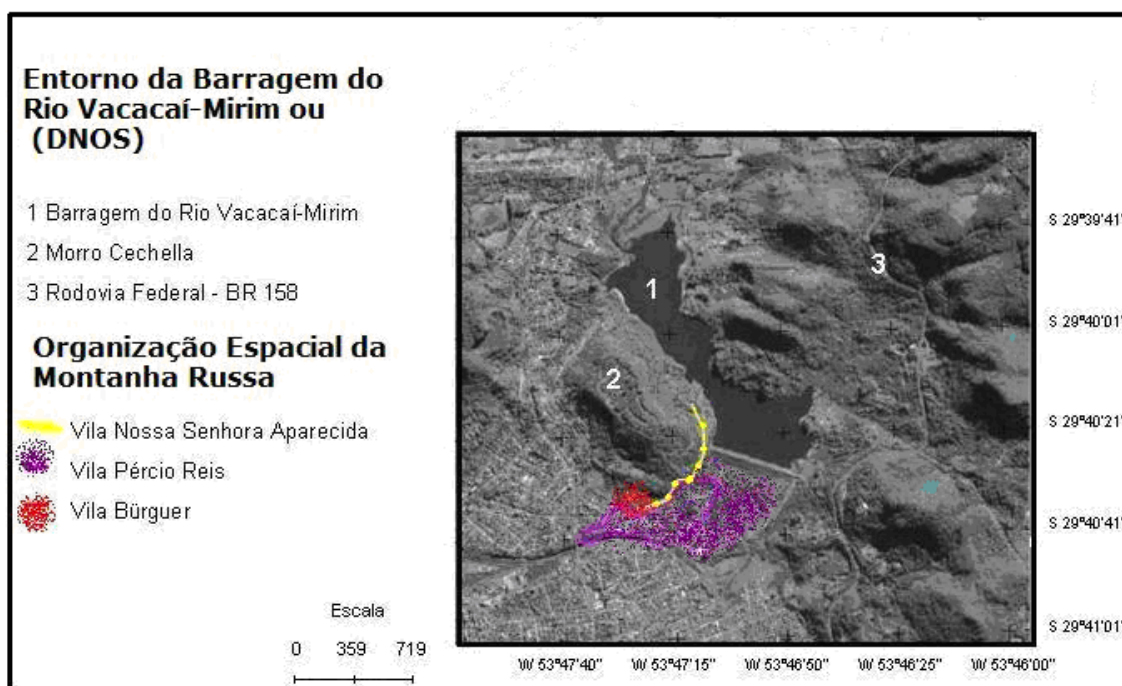


Figura 2 – Entorno da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim ou DNOS - Organização Espacial da Montanha Russa. (Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria e Google Earth - 2009). Trab. técnico: Dalvana Brasil Nascimento (DBN), montagem: (CJSA).

O mapa planimétrico apresentado abaixo (figura 3) indica a posição geográfica das principais ocupações que dão sentido às territorialidades segregadas existentes na *Montanha Russa*, sugerindo que a problemática da *irregularidade fundiária*, de uma forma ou de outra, em menor ou maior grau, perpassa a realidade de cada uma das territorialidades constituintes desse território: Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Pércio Reis e até mesmo, a da Vila Bürguer.



- (1) A ocupação assentada no limiar da Rua Armando Ceccin;
- (2) A ocupação que se formou ao longo da sanga tributária do rio Vacacaí-Mirim;
- (3) A ocupação das margens da linha férrea que corre paralela à Vila Nossa Senhora Aparecida;
- (4) A ocupação que dá expressão à territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida.

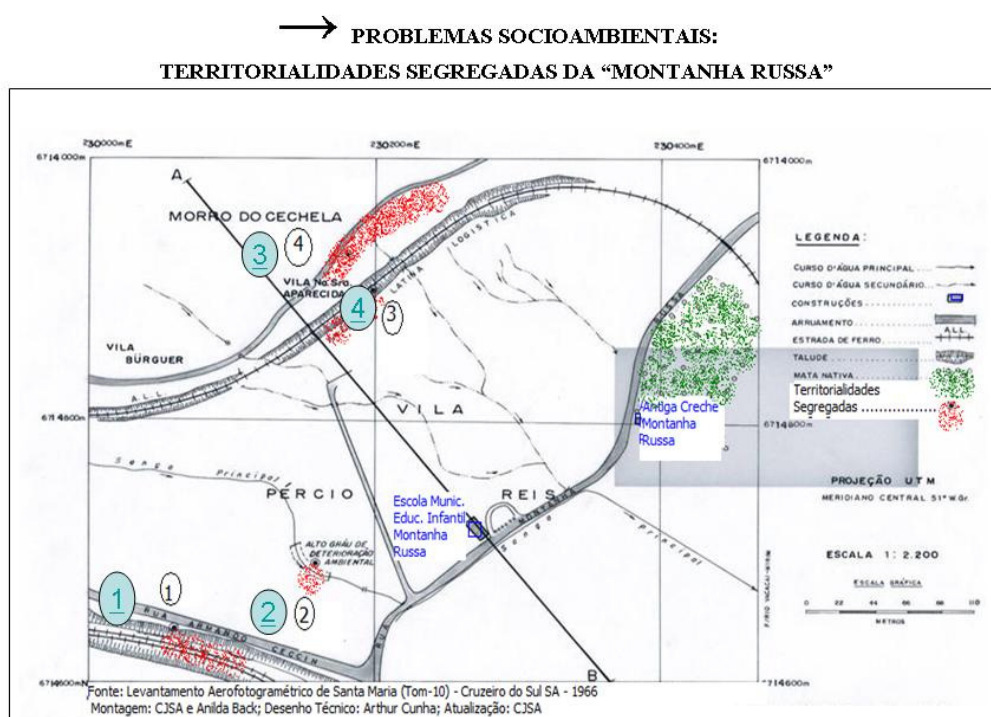


Figura 3 – Mapa Planimétrico da Montanha Russa.

Neste sentido, identifica-se a *irregularidade fundiária* como definidora de processos do cotidiano da Montanha Russa.

### Sobre o potencial organizativo

Na Sede da Associação Comunitária da Vila Pécio Reis pode-se observar indícios de conquistas materializadas a partir do esforço e da participação das mulheres e familiares, como a própria reconstrução da sede. Esse pode ser visto como um inegável espaço de trocas, de socialização e de aprendizagem: valor percebido, quando

se reconhece o poder que as interações colaborativas têm em produzir processos coletivos.

Na porção nobre da Vila Pércio Reis ocorrem trabalhos sociais institucionalizados, como o exemplo da cozinha comunitária que tem funcionado nos domínios da Casa Paroquial da Capela São Pedro (de filiação católica) com importante papel agregador.

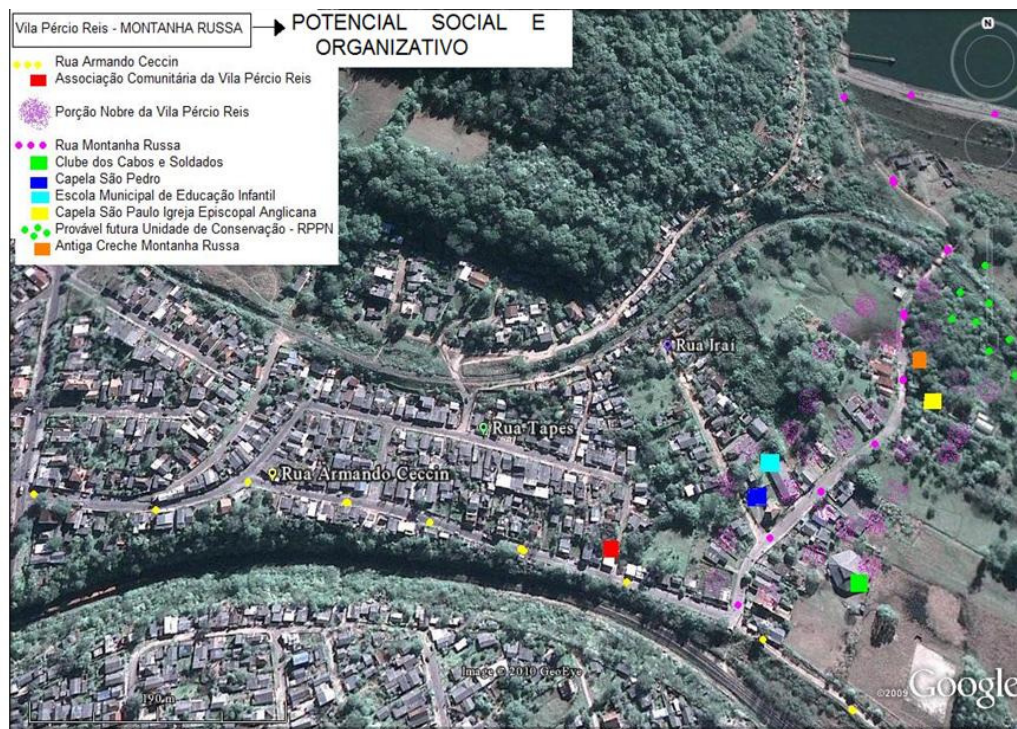


Figura 4 – Potencial Social e Organizativo (Fonte: Google Eart, 2010).

Pode-se citar ainda, a existência do Clube de Cabos e Soldados, da Escola de Educação Infantil Montanha Russa e de atores da Igreja Episcopal Anglicana, cujas lideranças sintonizadas com o momento em que se discute o empreendimento do Parque, encontraram um modo de inserção, a partir da proposição de transformar uma área de bosque de sua propriedade, em uma RPPN (Reserva Patrimônio Particular Natural). A partir desse momento, passam a protagonizar importantes dinâmicas que os transformam em relevantes atores na definição do destino da *Montanha Russa*.

Daqui em diante propõe-se focalizar os processos imanentes às relações de poder que estão a produzir o território da Montanha Russa, do qual a Vila Nossa Senhora Aparecida é parte integrante como territorialidade.

Neste sentido uma das problematizações que surge no âmbito deste trabalho, referente à condição dos moradores da *Vila Nossa Senhora Aparecida*, frente ao novo panorama que se delineia a partir da proposição do Parque, consiste em compreender:

**Que representações contribuíram/contribuem para a manutenção de sua condição de irregularidade fundiária, ao longo de seus 40 anos de existência?**

O balanço que se pode fazer de todo esse período de existência da Vila Nossa Senhora Aparecida é de sérias perdas, ainda que os esforços das lideranças comunitárias passadas e do presente tenham sido insistentes em reclamar a complementação das infra-estruturas básicas. Fato é que o Poder Público Municipal e o grupo social dominante a ele aliado e dele representante, conseguiu manter a coletividade ao largo de seus direitos mais fundamentais encobrendo inclusive, a intenção de manter a estocagem dessa área à custa da produção de uma idéia de deterioração ambiental e social. Claro, que essa interpretação precisa ser relativizada, considerando entre outras coisas, o próprio contexto das políticas públicas brasileiras, compreendendo que ainda é recente o tratamento da questão fundiária das áreas segregadas existentes nos centros urbanos do país. Com relação ao caso específico da Vila Nossa Senhora Aparecida essa questão começou a ser cogitada, no ano de 2001, por meio do Grupo de Mulheres e moradores da Vila engajados no processo de investigação<sup>3</sup>. Naquele momento, produzia-se a negociação entre lideranças locais com representantes do Poder Público Municipal no sentido de que os primeiros, se responsabilizariam em conseguir apoio para a realização do cadastramento, como início de um processo que deveria resultar na regularização fundiária da Vila. O cadastro foi realizado em 2001 com a participação de moradores vinculados à Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida, com o apoio da Fundação Mo'ã, Departamento de Estatística da UFSM e Companhia Ambiental da Brigada, contando também com a colaboração de outros indivíduos<sup>4</sup>. Contudo, os representantes da Prefeitura envolvidos na negociação, não cumpriram sua promessa de

---

<sup>3</sup> Experiência de pesquisa anterior a essa, que se iniciou a partir de uma interação com os sujeitos da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo (EMSP) e familiares dos alunos, entre os anos de 1999 a 2001. Esse trabalho desdobrou-se numa proposta de mediação de um processo organizativo da comunidade, centrado na investigação das temáticas significativas dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. Tal processo deu origem a um Grupo de Mulheres que optou por desenvolver trabalho e geração de renda e foi atuante até o ano de 2003.

<sup>4</sup> Anilda Back da Silva (prof aposentada do Dep. de Engenharia Rural da UFSM), Maria Talita Fleig (Mestranda do Centro de Educação da UFSM); (Alessandra do Carmo Pinheiro (in-memorian), Juliane Verardi – alunas do Dep. de Geografia/UFSM)



contratar a produção de uma carta geotécnica de estabilidade e risco e de apresentá-la aos moradores – visto que essa seria uma das etapas do referido processo. Especialmente, no caso da Vila Nossa Senhora Aparecida, já que logo em seu início, próximo ao local onde está situada a Sede da Associação Comunitária, há moradias assentadas na base da encosta do Morro Cechella, cuja declividade excede os 45°, definidos como áreas de preservação permanente (APP)<sup>5</sup>, pela Lei Federal 7.803/89. A produção de um parecer técnico deveria indicar que áreas devem ser desocupadas, em que pontos seria suficientemente seguro ou não realizar obras de engenharia visando a contenção da encosta; e também, se haveria áreas que estariam livres de risco. Nesse ínterim, o Plano Diretor (2005) começaria a ser tramitado e traria embutido o primeiro projeto do Parque da Barragem. Assim, institui-se a lei de uso do solo urbano prevendo a delimitação dos 30 metros, no entorno do manancial, como área de APP. Contudo tem vigorado o entendimento de representantes da Prefeitura Municipal de Santa Maria que considera como área de preservação permanente os 100 metros a contar das margens da Barragem, como área de APP. Assim, leva-se a crer que a área de fundos da Vila Nossa Senhora Aparecida está inserida em área de APP.

O que causa estranhamento é que políticas públicas que vêm ocorrendo no restante do país encontram-se focadas na inclusão documental e fiscal desses setores das cidades que permaneciam na ilegalidade e na invisibilidade realizando até mesmo, obras de contenção de riscos para evitar remoções. No caso da Vila Nossa Senhora Aparecida assiste-se a uma situação, que até que se prove o contrário, parece consistir numa falta de vontade política de se estudar a situação de maneira criteriosa e de tornar compreensiva e plausível a justificativa da necessidade de remoção de todos os moradores. Por esse motivo desponta-se uma questão inevitável. Em que medida sua posição geograficamente privilegiada estaria pesando na decisão de remover toda uma territorialidade? Esses e outros seriam os motivos que justificariam a necessidade de se reconhecer a *irregularidade fundiária* como um fator definidor desta territorialidade não só pelo fato de encontrar-se na origem dos processos de ordem prática e simbólica da Vila, mas também que por via das conseqüências figura na ponta da flexa, determinando o destino que poderá ser dado a seus moradores. Assim, mantida a condição de ocupação desprovida dos equipamentos essenciais a Vila Nossa Senhora Aparecida

---

<sup>5</sup> Medição obtida a partir do ARCGIS – software de geoprocessamento. Imagem Quick BIRD – 08. Escritório da Cidade – Autarquia de Planejamento Municipal.

deixa de alcançar o status de “área urbana consolidada”<sup>6</sup> e seus moradores perdem esse importante argumento que legitimaria a defesa de permanência na área, daquelas moradias que porventura encontram-se livres da possibilidade de risco. A regulamentação disposta pela Resolução Conama 302/2002 prevê para o caso, de áreas urbanas existentes no entorno de reservatórios artificiais, somente os 30 metros como áreas de (APPs). De todo modo, as moradias da área de fundos da Vila Nossa Senhora Aparecida encontram-se a aproximadamente 100 metros de distância da Barragem do DNOS, segundo medição obtida a partir do ARCGIS<sup>7</sup>. Por outro lado, tem-se a favor da permanência dos moradores o fato de que o Plano Diretor de Santa Maria editado em 2005 prevê os 70 metros, a partir dos 30 metros de maior restrição ou de APP como área de conservação. Isso significa que segundo as disposições do Plano Diretor a Vila Nossa Senhora Aparecida encontra-se fora da área de preservação ambiental permanente, inserindo-se na área de conservação. Resolução compatível com os moldes de criação de áreas de uso sustentável em que se regulariza a situação das comunidades tradicionais desenvolvendo projetos que conciliam o propósito de promover qualidade ambiental e justiça social. Neste sentido pode-se interrogar:

**Que práticas e quais representações estão no cerne das relações de poder que foram engendradas entre a territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida em relação a si própria e com o seu exterior, representado pela esfera político-institucional, pelas instituições, entidades e comunidade vizinha, ou no âmbito da cidade como um todo?**

Ao analisar as representações que se fortaleceram em seu próprio meio, faz-se necessário contextualizar, que a Vila Nossa Senhora Aparecida vem se caracterizando pela insuficiente escolaridade de uns poucos jovens e de um índice elevado de adultos analfabetos. Somente em 2009 a Vila Nossa Senhora Aparecida conquista a marca da conclusão do ensino médio, por duas jovens. Embora não venha ao caso discutir que

---

<sup>6</sup> O Art. 1º, inciso V, da Resolução Conama 302/2002 adota a seguinte definição para “**Área Urbana Consolidada**”:

Área que atende aos seguintes critérios: a) definição legal pelo poder público; b) **existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana**: 1. malha viária com canalização de águas pluviais; 2. rede de abastecimento de água; 3. rede de esgoto; 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos; 6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km<sup>2</sup>.

<sup>7</sup> Software de geoprocessamento. Imagem Quick BIRD – 08. Escritório da Cidade – Autarquia de Planejamento Municipal

políticas públicas têm possibilitado dar um primeiro passo em direção à superação dessa condição imobilizante de pobreza pode-se encontrar alguma correspondência entre essa condição acachapante e algumas das representações que presenciei processando-se, entre escola e familiares. Ao longo do período em que mediei um processo de investigação dos problemas socioambientais vivenciados pelos alunos da (Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo - EMSP), estavam preferencialmente, sob a influência da referida Escola, (extinta em 2008) alunos oriundos de territorialidades que ocupam os espaços segregados. Eram crianças vindas da Vila Nossa Senhora Aparecida e demais áreas irregulares do entorno da Vila Pércio Reis, argumento que a um só tempo justificava e produzia:

- a evasão dos alunos provenientes das famílias de classe média, das áreas regularizadas ou porção nobre da Vila Pércio Reis, o que contribuiria para definir a escola a partir do perfil de sua clientela, já que atenderia quase exclusivamente, crianças e jovens provenientes dos espaços segregados;
- a estigmatização dos alunos provenientes desses espaços e a condição da Escola como última prioridade dos investimentos públicos municipais. Certamente, estes podem ser apontados como alguns dos fatores que contribuíram para aumentar a vulnerabilidade social dessa população, expressa pela evasão e pelas repetências crônicas, à medida em que se colocava justamente os alunos que mais carecem do suporte escolar, à mercê das consequências advindas da situação de fracasso escolar.

Relacionado ou não, em alguma medida, a esse fato, tem sido possível constatar que, de um modo geral, percebe-se passando de pai para filho uma inibição, calcada na idéia de haver uma certa inaptidão desses indivíduos para entender questões que envolvam considerações sobre o trato com leis, com determinados procedimentos bem como, com seus próprios direitos. Representação que poderia explicar a expectativa de que, o poder de solucionar os problemas, está nas mãos da classe política. De modo semelhante cultiva-se a prática de relegar ao líder comunitário a responsabilidade de solucionar os problemas comuns. De modo que, alia-se a esse rol de situações geradas a partir dessa visão de mundo, a representação equivocada da parte das lideranças comunitárias que tendem a acreditar que atuar de modo heróico, isolado e solitário agrega valor a sua pessoa e equivale a uma prática política autônoma. Desse conjunto de representações e da falta de elucidação por parte de atores do Poder Público Municipal, quanto à verdadeira natureza do problema resulta uma visão parcializada do problema,

explicitada pela luta empreendida pelas lideranças no sentido de solucionar “os sintomas”, a falta d’água, de iluminação, calçamento, etc; e não a “causa”, a irregularidade fundiária – (Kosik, 1976). Então, a irregularidade fundiária torna-se uma condição que ao mesmo tempo, pode ser vista como causa e efeito da relação heterônoma que se estabeleceu/estabelece entre o Poder Público Municipal enquanto ator, cujos agentes vêm impondo um discurso tecnocrático e distanciado das possibilidades de compreensão dos moradores. Estes últimos, por sua vez acompanham de modo desarticulado e impotente as informações desencontradas; cujo papel tem sido o de confundir, muito mais do que esclarecer. Ou seja, a presença/ausente do Estado, representado pela atuação do Poder Público Municipal, se considerada até o presente momento; confere aos moradores uma condição de desinformação tal, que lhes retira o poder de negociar a solução de seus problemas. Essa condição fica evidenciada na fala de uma das lideranças locais, o Sr. Adelmo Mendes:

A água, já foi solicitada várias vezes à **Corsan**, um alongamento de rede de água pra frente (...). Foi respondido pra nós, pelo engenheiro da **Corsan**, que não poderia colocar a rede de água pra lá, sem a autorização especial do responsável da área, isso seria, ou a **Rede Ferroviária** ou a **Prefeitura**. Nós procuramos um **vereador**, ele procurou ... e a **prefeitura** disse que não podia dar a autorização, porque não tinha feito o negócio. Fez o negócio, mas não tinha sido entregue, legalmente a área. Foi procurada a **Rede** e a **Rede** respondeu que não podia dar autorização. Um, porque não era interesse deles e outro, que o negócio era com a **Prefeitura**. **Mas nós fiquemos na farta d’água**. Vinte e oito casas, vinte e oito famílias, em torno, aproximadamente, de cento e quarenta pessoas, mais as criança de colo, criança de creche, criança no colégio. (...) Todo mundo corre um sério risco de contaminação, da água não tratada, por consumi água de nascente (...). Então toda essa série de problemas, anos e anos... **Sempre pedindo, reivindicando, participando de várias reuniões, (...). A gente fica numa situação...**

Adelmo Mendes (23/03/01). In: Azevedo, 2002:52

E como já se disse, até quando não se trata exatamente de informações sonegadas ou distorcidas, a interlocução que se percebe acontecendo historicamente entre moradores, políticos e outros atores caracteriza-se por passagens tão oportunistas e superficiais que se passa ao largo de sua verdadeira problemática.

A isenção do Poder Público gera também, problemas socioambientais expressos pela rotatividade da ocupação das áreas que deveriam estar destinadas à preservação, como ocorre com as moradias, que vez por outra, são construídas no âmbito dos 30 metros (área de APP) da barragem: manancial que fornece 40% da água que abastece a cidade, nos períodos de seca. Essa é mais uma das responsabilidades que recaem sobre essa comunidade. No entanto, apesar de tender a ser considerada como parte da Vila



Nossa Senhora Aparecida, essa territorialidade altamente rotativa, origina-se da ocupação por famílias removidas de outras localidades, que externalizam sinais claros de um problema social crônico decorrente da falta de políticas públicas que incidam seriamente, sobre a questão da moradia para as classes populares.

Nesse sentido, torna-se possível constatar que fundamentalmente a forma jurídica dos terrenos produz uma vulnerabilidade do direito a seu uso, não apenas pelo quanto pode ser oneroso sobre uma determinada coletividade conviver, em seu dia-a-dia, com a falta de acesso aos equipamentos urbanos mais elementares, mas pelo tanto que esse aspecto se repercute sobre todas as demais dimensões da vida das famílias sujeitas a essa condição representando inclusive, um fardo simbólico de difícil desvencilhamento.

Assim, o morador vai assistindo impotente ao esgotamento das chances de entender sobre seus direitos, de conhecer as leis que os afetam, de compreender procedimentos burocráticos e de agir perante uma comunicação difusa: mais perturbadora que esclarecedora quanto às decisões tomadas em gabinete. Fato constatado na fala do atual líder comunitário, Laerte Loureiro:

(...) Um lugar privilegiado, mas que falta estrutura. Uma coisa que a gente briga é que as decisões são quase sempre tomadas de gabinete sem comunicar. E a comunidade sabe no último momento que vai para onde se constrói quilômetros e quilômetros de casinhas longe de tudo e do lugar onde nasceram. (...) Até agora a água que vai só até a metade da Vila: quarenta residências que não têm água potável. Isso em 40 anos (Anotações do diário de 06/10/09)

Essa condição se manifesta também, no conjunto de suas interações com outras esferas de sua vida social, a exemplo da relação que essas famílias tecem com instituições e entidades cujos projetos poucas vezes, dialogam com suas reais necessidades. Ou no âmbito da cidade como explicita a fala do então, presidente da Associação Comunitária:

(...) Os taxistas se negam, se recusam vir aqui. Até por informação, através do rádio, dizendo que a Vila é perigosa. Isso não é verdade! Não ! Não! Nós somos gente pobre, gente humilde, até com baixo... (como vou dizer): com curso. Com curso primário muito baixo. Até a 2ª, 3ª e 5ª série. No máximo 8ª: e é só meia dúzia. Mas uma coisa mais importante. Nós não temo estudo, mas temo educação, temo moral. (...) Pessoas que merece ter um lugarzinho junto da sociedade. E não ser excluído, definitivo. (01/03/01)

Essa fala refere-se ao momento em que, no âmbito do grupo de moradoras e moradores que participavam do processo investigativo se debatia o significado da substituição do nome Vila Nossa Senhora Aparecida pelo tratamento pejorativo “Churupa”. Com base nessa compreensão torna-se possível afirmar que o produto dessa condição é passível de ser visualizado no espaço e que tais relações sociais dão contorno a uma paisagem diferente daquela que se encontra nas áreas regularizadas ou passíveis de se regularizar, que ocorrem ao longo da própria Rua Nossa Senhora Aparecida até alcançar o referido território. Então, essas seriam algumas das representações e das práticas que vêm contribuindo para a produção de um universo empobrecedor e desarticulador das possibilidades organizativas da Vila Nossa Senhora Aparecida.

### **Como a questão da *irregularidade fundiária* é vista pelos moradores?**

Seria de se esperar que essa condição que se espacializa fosse mais evidente e identificável, ao menos, por aqueles que compartilham a vida neste lugar. Entretanto, o fato da condição de *irregularidade fundiária* ser processo: a um só tempo causa e efeito da desigualdade social, política e legal vivenciada cotidianamente, deixa de ser visível em sua totalidade (Kosik, 1976). Mesmo que sua aparência esteja lá no espaço indicando o conteúdo da trama das relações sociais que se tecem em seu bojo.

Apesar da *irregularidade-fundiária* não ser a questão principal da Vila Pércio Reis ela é um de seus problemas mais visíveis, em função das ocupações das áreas de preservação de seu entorno. Esta é uma condição que a afeta concretamente, como no caso das recorrentes inundações provocadas pelo acúmulo do lixo que se deposita ao longo da sanga cujas margens encontram-se indevidamente ocupadas (ver figura 3, territorialidade 2). Esse pequeno curso d’água transformado em “valão” de água poluída e fétida, passa canalizado por baixo da Rua Montanha Russa. De modo que, em dias de chuva, o volume de lixo carreado em seu curso provoca entupimento dos bueiros, extravasa e inunda a Rua Montanha Russa, causando transtorno à vizinhança e inviabilizando o funcionamento pleno da escola e dos trabalhos pastorais da igreja. A despeito das condições de insalubridade vivenciada por essas famílias ou mesmo da ação civil pública movida pelos moradores reclamando providências para as inundações constantes e para o desbarrancamento da Rua Armando Ceccin, até o presente momento o Poder Público Municipal não as inclui em seu plano de ação ou sequer, cogita

remover essa população. Assim, a irregularidade fundiária do entorno da Montanha Russa afeta o destino da territorialidade da Vila Pércio Reis à medida em que pode ser atribuída a essa forte existência de comunidades segregadas em seu entorno, o modo como estaria ocorrendo sua exclusão da AC3 (Ver figura 11) e por conseguinte, do empreendimento do Parque da Barragem. Preciso advertir que esse era o cenário em 2009, até que novas ações que combinam potencial social e mediação vão produzir o encontro entre determinados atores-chave, cuja inserção vai influenciar o curso dos acontecimentos que começariam a se desencadear.

Do ponto de vista da Vila Nossa Senhora Aparecida, somente em 19/09/09, quando representantes da Prefeitura Municipal notificaram a “obrigatoriedade” de remoção dos moradores, que a totalidade desses viriam a se confrontar com a sua questão principal (*a irregularidade fundiária*), imersa pelos problemas concretos dela tributários (falta d’água, iluminação, coleta de esgoto e de lixo, por exemplo). Embora já se trabalhasse com essa percepção, propiciada ao longo da trajetória do Grupo de mulheres da Vila Nossa Senhora Aparecida, quando essas moradoras depararam-se pela primeira vez, com a noção de que a documentação dos terrenos que tinham em mãos não possuía valor legal e que a questão da irregularidade fundiária as impedia de legalizar não somente a situação da Sede da Associação Comunitária, no sentido de acolher o trabalho de geração de renda; mas a própria situação das moradias.

Para Lefebvre (2008) ao ser esse, um problema prático, seria portanto um problema político. Contudo, como lembra o autor, esse não tem sido o modo como a questão da segregação da moradia e do direito ao espaço da cidade tem sido levantado. Pelo contrário, pode-se dizer que sua face política, geralmente, fica encoberta por vieses de regulação jurídica, técnica e urbanística abrigados pelo mais recente, discurso ambiental.

### **Práticas para a autonomia**

O fato de não estar desenvolvendo práticas educativas dentro do espaço escolar e formal não reduz o conteúdo educativo, que se produz na interação e no diálogo com alguns indivíduos e atores desse contexto, junto com os quais se propõe investigar questões identificadas por eles próprios como relevantes para a melhoria de suas condições de vida. Nesse processo tem-se como perspectiva, a clara intencionalidade de

construir a auto-determinação comunitária, quando propostas hegemônicas sinalizam para outra direção.

### **Como tais práticas ocorreram?**

Foram iniciados encontros<sup>8</sup> com os moradores das Vilas Nossa Senhora Aparecida e Pércio Reis, ainda em dezembro de 2007, quando dispúnhamos a ouvir a respeito de suas principais inquietações. De modo que os momentos que se sucederam consistiram em mediar o desenrolar das questões problematizadas por aqueles indivíduos, que no caso da Vila Nossa Senhora Aparecida resultou no processo de retomada das atividades da Associação Comunitária, importante espaço de diálogo do morador, desativado desde 2001. Desse modo se apoiou a organização da diretoria da Associação Comunitária, empossada em 22/05/08, constituindo-se assim, um grupo investigativo.



Figura 5 – Posse da nova diretoria da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida (22/05/08). (Foto CJSA/2008)

Sendo assim, num primeiro momento das práticas investigativas, identificava-se como questões subjacentes aos eventos que se sucediam/sucedem nesse território, as seguintes questões:

#### **a- O comentário difuso sobre a possibilidade de remoção dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida;**

---

<sup>8</sup> Colaboração de Anilda Back da Silva.



A investigação-ação em rigor requer a construção de um processo a partir do qual os participantes investigam a própria prática. Devo alertar que neste trabalho, estivemos longe de alcançar a situação ideal da metodologia, por razões diversas. Já que o modo como a investigação ocorre depende não somente dos objetivos, mas também das circunstâncias: concepção e inclinação política dos atores participantes, bem como a existência ou não de local favorável para os encontros, tempo disponível daqueles que trabalham ou tempo de resposta solicitada aos técnicos do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal. Como o exemplo dos ofícios que foram entregues à Prefeitura em 04/08/08 e 24/11/08, pedindo esclarecimento quanto aos planos para a Vila Nossa Senhora Aparecida, mas cuja resposta viria bem mais tarde, por ocasião da reunião de (17/09/09), quando aconteceria o anúncio de remoção durante a primeira visita formal de representantes da Prefeitura Municipal de Santa Maria aos moradores. Neste sentido, mediamos práticas que de certa forma substituiriam a inação habitual, para a maior parte daqueles que participaram do processo, por uma atitude ativa, em que o morador melhor informado passaria a provocar a Prefeitura a esclarecer fatos com relação aos planos de Parque. Questões que, poucos meses antes daquele momento, sequer suspeitavam existir. Assim, além de ofícios solicitando esclarecimentos, produziu-se oportunidades, como a do dia 20/08/08, em que lideranças e moradores de cada uma das territorialidades existentes no lugar (Vilas Nossa Senhora Aparecida, Pércio Reis e Bürguer) reuniram-se com representantes do PAC social (Programa de Aceleração do Crescimento – Governo Lula) para reclamar informação sobre os planos da Prefeitura. Naquele mesmo encontro, interrogava-se sobre que argumentos estariam fundamentando os comentários ainda difusos, de remoção dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida.



Figuras 6 - Reunião com Coordenação do PAC Social, administração Valdeci Oliveira (20/08/08). Participantes:

Situações como essa podem ser consideradas como desafios, à medida em que contribuem para superar a forma habitual, cuja prática tende a se fazer de forma isolada. Assim, ao reunir as lideranças das diferentes territorialidades, em uma mesma mesa de conversações, um novo ponto de vista poderia estar sendo propiciado ao observar os pontos comuns relativos à *Montanha Russa*.

**b- Os indícios de exclusão da *Montanha Russa* do projeto do Parque da Barragem, que até início de 2009 eram evidentes.**

Tais indícios podiam ser notados em função do alijamento dos moradores, senão de um processo de construção democrática com relação aos empreendimentos a serem instalados em seu território, ao menos por informações (que não lhes chegaram) pertinentes às decisões tomadas nos gabinetes da administração municipal – em completa desconsideração senão com o histórico da *Montanha Russa*, com seu potencial organizativo ou com sua óbvia condição de hinterlândia da Barragem do rio Vacacaí-Mirim ou do DNOS. Uma vez que, a Vila Pércio Reis, rua Montanha Russa é via obrigatória de acesso ao portão sul de entrada para a taipa da barragem. A tendência que se esboçava no fechamento da proposta do Parque da administração municipal anterior, elegia o setor norte da barragem do DNOS e daria o nome de “Parque Menino Deus”, adotando aquele setor da barragem como tema e centro do empreendimento. Ao mesmo tempo em que se desconsiderava a importância histórica e identitária da *Montanha Russa* no contexto geral da cidade. Neste sentido, o processo de investigação iniciado informalmente, em conversa com uma e outra família seria considerado relevante a ponto de se estender aos demais moradores. De modo que se reuniu na Associação Comunitária da Vila Pércio Reis moradores oriundos dessa territorialidade assim como moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. Nesse encontro, realizado em 08/12/08, interrogava-se: As Associações Comunitárias foram comunicadas sobre a construção do Parque da Barragem? O que os moradores já ouviram falar a respeito?



Figura 7  
Levantamento: As Associações Comunitárias foram comunicadas sobre a construção do Parque da Barragem?

Participação: moradores das Vilas Pécio Reis e Nossa Senhora Aparecida, em 08/12/08.

(Fotos: CJS/A/2008)

A essa altura dos acontecimentos tornava-se significativo para os moradores compreender os planos de implantação do Parque da Barragem. De modo que, outra frente do processo investigativo avançou no sentido de dar visibilidade para a situação dos moradores da *Montanha Russa* como uma forma de obter maior transparência do processo de implantação do Parque, que certamente, envolverá mudanças inestimáveis em seu território. Os moradores com quem dialogávamos convenciam-se da importância de reunir forças institucionais que pudessem acompanhar essa trajetória de perto, prevenindo-se de uma relação assimétrica em vias de se produzir, cujas consequências poderiam resultar no desencadeamento de um processo de perdas culturais, sociais, econômicas e ambientais; ainda maiores, do que as que já vêm ocorrendo ao longo da história da *Montanha Russa*. Dentre as ações levadas a efeito com esse intuito pretendo mencionar as principais:

A iniciativa de realizar uma primeira aproximação com professores<sup>9</sup> à frente de um grupo de pesquisa, do departamento de geografia, da UFSM; que vinham produzindo estudos, envolvendo o setor norte<sup>10</sup> da cidade de Santa Maria, juntamente com um processo de Educação Ambiental com uma das escolas daquele setor. O primeiro encontro com esses atores que se tornariam importantes na dinâmica que envolverá o destino do lugar, aconteceu no dia 05/11/08, com o apoio de membros da

<sup>9</sup> Adriano Severo Figueiró e Eliane Maria Foletto

<sup>10</sup> Assim como o entorno da *Montanha Russa* (setor nordeste), o mencionado setor (norte) constitui parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).

Fundação Mo'ã<sup>11</sup>, oportunidade em que eu apresentaria descrições e fotos procurando demonstrar a relevância da *Montanha Russa*: seus potenciais, seus problemas e o inegável conflito socioambiental em vias de se explicitar. Especialmente, em função do início de um momento em que se cogitava a implantação do Parque, desconsiderando o valor histórico e identitário da *Montanha Russa* para o conjunto da cidade. Planos que esses atores, tanto quanto os moradores demonstraram desconhecer. Ao visualizar o potencial descrito da realidade da *Montanha Russa* e posteriormente, ilustrado com a primeira atividade de campo, ocorrido em (15/04/09)<sup>12</sup>, os professores da UFSM visualizaram as inúmeras perspectivas que poderiam ser construídas a partir da conciliação de estudos voltados para a produção de um diagnóstico aliado a um processo de Educação Ambiental. Um dos momentos em que o grupo de pesquisa da UFSM teria colaborado com o processo de investigação em curso teria ocorrido em (08/01/09), quando se dava prosseguimento à conversação que vinha se desenvolvendo com os moradores das principais territorialidades do contexto, com relação à construção do Parque da Barragem. De uma das reuniões que se realizaram com essa finalidade, participaram como colaboradoras duas estagiárias<sup>13</sup> enviadas como representantes do grupo de pesquisa da UFSM. Contou-se ainda com a presença da turismóloga e colega do programa de mestrado em geografia: Thaís Torres; e da professora da Escola Xavier da Rocha: Eide Machado.

---

<sup>11</sup> Rainer e Eleonora Müller

<sup>12</sup> Atividade da qual atuei como guia, contou também com a participação do primeiro grupo de alunas aspirantes a integrar o projeto que entraria em gestação intencionando articular uma proposta com professores(as) da Escola Xavier da Rocha. Localizada no mesmo bairro Itararé, mas fora do contexto da Montanha Russa, a referida Escola atende alunos provenientes desse lugar, especialmente após o fechamento da EMSP.

<sup>13</sup> Dentre elas, Jaciele Carine Sell que atualmente, está inserida no Programa de Mestrado em Geografia e desenvolvendo sua pesquisa referenciada na realidade local.





Figura 8– Reunião itinerante com o objetivo de focalizar alguns dos potenciais da *Montanha Russa* (08/01/09). (A) Início na Sede da Associação Comunitária da Vila Pécio Reis; (B) Culminância na Vila Nossa Senhora Aparecida. (Fotos: CJSA/2009)

A intenção daquele encontro esteve em produzir momentos de problematização da condição dos moradores perante os empreendimentos da barragem, com o objetivo de captar apoio, no sentido de organizar propostas de inserção da *Montanha Russa* em projetos consonantes com a expectativa e com os sonhos desses atores, no que concerne ao desenvolvimento local. A atividade consistiu numa proposta de encontro itinerante que foi iniciado a partir de uma reunião na Associação Comunitária da Vila Pécio Reis (ver figura 8) – como meio de oportunizar a novos atores, a visualização da capacidade organizativa da comunidade através da visita aos pontos onde acontecem trabalhos comunitários específicos, nesse lugar ignorado por quem estuda, planeja ou administra a cidade. O prosseguimento ao processo de investigação a que me refiro neste item aconteceria em outras ocasiões como em (17/04/09), quando algumas lideranças participariam do planejamento de um novo encontro com moradores: momento que contou com a participação ativa da professora membro do grupo de pesquisa da UFSM<sup>14</sup>. O planejamento seria levado a efeito a partir da reunião que ocorreu em (18/04/09) (ver figura 9), que além da presença dos moradores e de uma das estagiárias, contou também com outras colaborações<sup>15</sup>. Desta vez, o objetivo da reunião esteve em refletir sobre a existência de diferentes conceitos de parque, as finalidades da criação de

<sup>14</sup> Professora Eliane Maria Foletto e alunas bolsistas Jaciele Carine Sell e Dalvana Brasil do Nascimento.

<sup>15</sup> Anilda da Silva Back, Bárbara Degrandi Borges (Acadêmica Artes Plásticas), Camila Lorenci Mallmann.

uma unidade de conservação de uso sustentável, os possíveis impactos na vida das pessoas e do lugar.



Figura 9 – Reunião ocorrida na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis, em 18/04/09.

Que projetos de parque existem para o entorno da barragem?

Que parque queremos?

A quem caberá contar a história do antigo “Parque Montanha Russa?”

(Fotos: CJS/A/2009)

O objetivo de levar o trabalho da arquiteta Camila Lorenci Mallmann<sup>16</sup> estaria em demonstrar a possibilidade de existência das mais diferentes propostas para a região, de modo que se propunha aos moradores o exercício de se começar a pensar: Que Parque queremos? Assim, perante a representação de que de um modo geral, o morador é incapaz de compreender sobre determinados assuntos que envolvem questões políticas ou técnicas; contrapôs-se com ações que os aproximariam de diferentes atores, informações e saberes novos. A partir daí, já se daria início a um segundo momento do processo investigativo em que os moradores encontravam-se informados sobre a proximidade do empreendimento do Parque.

### **c- A determinação por parte do Poder Público Municipal de remover os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida;**

16 Trabalho acadêmico de finalização do curso de arquitetura da UFSM. Proposta para a área da Barragem e do Morro Cechella. Com o seu exemplo de projeto, Camila deixou claro para os moradores de que se trata de um trabalho que expressa a sua “visão” de parque.

A comunicação formal da remoção dos moradores ocorrida, no dia 17/09/09, baseava-se na justificativa da existência de uma “ação civil pública”. A partir do processo investigativo que se empreendeu na sequência do comunicado foi possível compreender que os atores da ação movida pelo Ministério Público Estadual seriam a Corsan e a Prefeitura de Santa Maria. Que tal ação obriga os atores citados a realizar a remoção dos moradores das áreas de APP (Áreas de Proteção Ambiental Permanente) existentes no entorno da Barragem do DNOS ou Rio Vacacaí-Mirim e não, propriamente, o morador da Vila Nossa Senhora Aparecida como fora dado a entender.

Em 27/11/09, a partir da visita realizada ao promotor público estadual ficaria esclarecido que a ação transitada em julgado (ou seja, sem recurso cabível) exige a remoção daqueles que ocupam as áreas de preservação (APPs) do entorno da Barragem do rio Vacacaí-Mirim. Por solicitação da parte que representa os moradores, o promotor acionou um encontro que ocorreria no dia 11/12/09<sup>17</sup> com a presença de técnicos do IBAMA e da FEPAN solicitando parecer técnico que defina as áreas de remoção, segundo o critério da existência de APPs (Áreas de Proteção Ambiental). Apesar de representantes da Prefeitura Municipal tratarem de forma definitiva o assunto, ainda falta acontecer a declaração dos órgãos ambientais mencionados acima, bem como o parecer final do Ministério Público Estadual.

Por enquanto, é possível compreender que, pelo menos, aparentemente, nem toda a extensão da Vila constitui-se de ocupações em áreas de risco e que o restante das moradias estão situadas fora dos 30 metros da Barragem, ou seja, para além das áreas de APP ou aquelas consideradas impróprias ao uso e ocupação urbana (ver figura 10).

---

<sup>17</sup> Tendo tomado parte da referida reunião, Dalvana Brasil do Nascimento, mestranda do Programa de Mestrado em Geografia – UFSM.

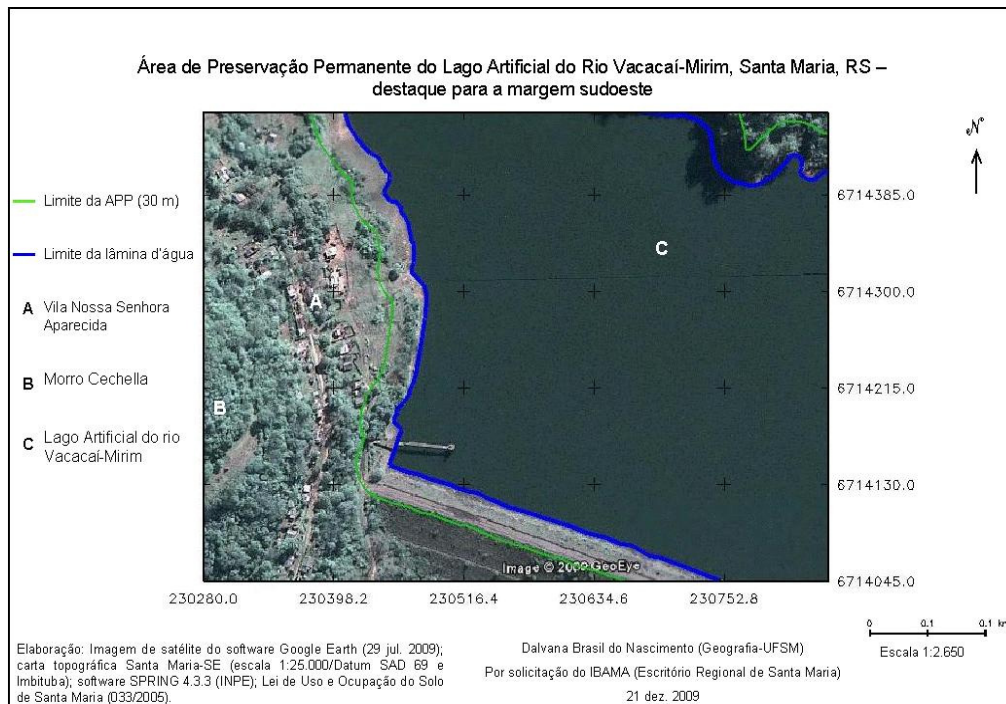


Figura 10: Mapa que indica a distância da Vila Nossa Senhora Aparecida do limite dos 30 metros da Barragem. Produzido por Dalvana Brasil Nascimento (2009).

Tal fato indica que poderá desenrolar um processo que envolverá a negociação desses parâmetros, bem como a decisão sobre o lugar para onde serão removidos os moradores habitantes das denominadas áreas de APP em função dos indícios de risco.

**d- Acontecimentos importantes são emblemáticos desse momento em que se confirma a perspectiva da construção do Parque da Barragem.**

Tal momento nos faculta comunicar aos moradores da *Montanha Russa* o significado deste espaço ser parte inerente à “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” - RBMA, domínio definido pelo Decreto Federal Nº 750/93 e pelo Edital de Tombamento da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados (Ver fig. 2). De modo que, no atual momento já se faz possível observar que aos poucos, amplia-se a consciência entre aqueles que habitam esse território, quanto à necessidade de renovação da percepção de seu verdadeiro valor.

Como mediadora do primeiro momento do processo de inserção dos professores à frente do grupo de pesquisa da UFSM, como novos atores desse território, pude colaborar com algumas das práticas, dentre elas, o primeiro encontro entre esses atores e



a coordenadora dos projetos sociais que acontecem no espaço da Igreja Anglicana, ocorrido em (13/05/09). Numa determinada altura desse processo, mais especificamente em (05/06/09) o mencionado Grupo conquistaria a permissão para desenvolver a Educação Ambiental utilizando o espaço da casa onde havia funcionado a Creche Montanha Russa, de propriedade da Igreja. Do mesmo modo, como suas lideranças propunham a criação de uma (RPPN - Reserva do Patrimônio Particular Natural), no espaço aproximado de 7,5 hectares de bosque, domínios da Igreja, dentro da “Montanha Russa”. Deste momento, a Fundação Mo’ã<sup>18</sup> passaria a participar mais ativamente em função de sua experiência nesses trâmites. Algo que, indubitavelmente, viria a calhar com a demanda dos moradores da *Montanha Russa*, que já haveriam reivindicado a partir de dois documentos datados de (19/01/09 e 22/01/09), assinados e encaminhados à Prefeitura pedindo a justa incorporação de sua área, nos domínios da AC3 – Área de Conservação da Bacia do Vacacaí-Mirim<sup>19</sup>, da qual a Vila Pércio Reis teria sido excluída, mesmo constando como área de impacto da barragem e de acesso a seus domínios (ver figura 11).

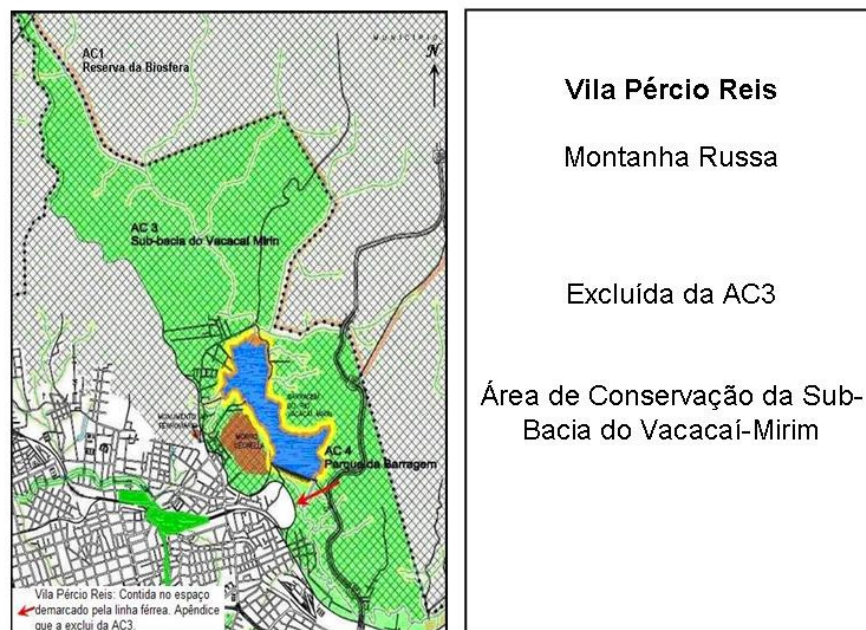


Figura 11 – Mapa das Áreas Especiais Naturais – Anexo 12. Lei de Uso e Ocupação do Solo – Santa Maria/RS. Fonte: Secretaria de Município do Planejamento – (Nov. 2005)

<sup>18</sup> ONG, cujos atores desempenham um importante papel nas questões ambientais da região.

<sup>19</sup> Área de Conservação prevista no Plano Diretor de 2005

Nesta ocasião retomava-se também, uma antiga demanda da parte dos ambientalistas do IBAMA, que consisti na proposta da criação de uma APA, que certamente, incorporaria a mencionada RPPN. Ou seja, a partir desse momento atores da UFSM e da mencionada ONG em composição com lideranças da igreja local, dotados do trunfo da proposição de uma (RPPN) passam a articular diretamente, com os atores em posição de decidir sobre a direção do novo planejamento do Parque. De modo que o grupo de pesquisa do Departamento de Geografia da UFSM, juntamente com membros da Fundação Mo'ã passam a tomar parte da Comissão de Parque, instituída por atores da administração municipal.

Embora ainda não seja possível estimar em que medida poderão evidenciar as prováveis alterações que a nova proposta de Parque fará sobre a anterior, observa-se como uma das permanências, o propósito de atores à frente da administração municipal em remover os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. Pode-se observar também, que com a presença desses atores na Comissão de Parque conquista-se a inserção da Vila Pércio Reis no bojo das questões relativas ao planejamento do Parque. O que tais reformulações irão significar para o conjunto dos moradores da *Montanha Russa* será uma das questões que irá demandar um acompanhamento dos fatos que estão a se desenrolar. Considerando o lado dos moradores da Vila Pércio Reis e da *Montanha Russa* como um todo, pode-se adiantar que esses, interessam-se sim, em incorporar-se ao projeto que poderia propor o desenvolvimento local, como meio de reduzir a pobreza do lugar. E essa parece ser, de fato, a melhor oportunidade de se apoiar projetos integrados voltados para a formação dos jovens, para o apoio aos empreendimentos familiares, que já existem; para incentivo aos projetos comunitários, em andamento, considerando sua ampliação e qualificação.

Neste sentido, minha inserção como pesquisadora descreve um método em que ao procurar compreender as relações sociais e os processos que tomam parte do engendramento desse território, participo do jogo intrincado delas, não como simples expectadora, mas no papel de ator social, à medida que atuo como mediadora de determinadas práticas ao propor investigar *junto com* os moradores os conteúdos dessa realidade. Sendo assim, os limites e mesmo, o potencial do propósito de contribuir com a transformação do contexto investigado, inscrevem-se no fato de que os sujeitos que em determinados momentos participam da investigação são dotados de historicidade. Essa percepção nos permite reconhecer que cada ator, ou grupo social, tem sua

representação de mundo e, por conseguinte, uma forma de recepção para cada experiência vivenciada, o que lhes confere um sentimento e uma resposta prática diferenciada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o caso da Vila Nossa Senhora Aparecida viu-se que 40 anos não foram suficientes para os moradores conquistar o direito à posse e à documentação dos terrenos, fato que por si, como fora comentado aqui, revela muito da história dessa coletividade. De outro lado, pode-se afirmar que desde que se iniciou esse processo de pesquisa participante, a questão da existência do projeto de Parque e outras a ela relacionadas ganharam uma visibilidade significativa entre moradores, envolvendo inclusive, a inserção de novos atores como os pesquisadores do Departamento de Geografia da UFSM que afinal estão implantando projetos de Educação Ambiental, acompanhando a implementação da RPPN, iniciando pesquisas no local e participando da Comissão de Parques proposta pela administração pública municipal. Assim, pode-se afirmar que, em linhas gerais, até mesmo o morador menos ativo e não engajado, em qualquer das diferentes frentes organizativas da *Montanha Russa*, assume outra compreensão com relação a esse lugar. Mesmo perante os problemas socioambientais acumulados ao longo desses anos, uma vez que começa a vê-lo com outros olhos e a reconhecer que o imenso potencial natural desse lugar é um valor que tem muito a agregar conquistas no plano social. Assim, pode-se notar alguns moradores assumindo uma atitude mais atenta aos interesses até aqui ocultados, sendo que muitos já estão se posicionando de forma mais crítica perante as afirmações carregadas de preconceito e mito, à medida em que começam a produzir contra-afirmações que podem ser vistas como atitudes de cidadania. Neste sentido, já se faz possível assistir os moradores da Vila Pécio Reis melhorando suas casas, comprando novos terrenos e aprimorando os projetos e os negócios, certamente, animados pelas novas perspectivas do lugar. Tais mudanças certamente, nos reportam a um processo de re-significação que os moradores e os demais atores imersos nesse contexto estão a realizar, que possivelmente apontarão para processos renovados de representação e portanto, de produção e de reprodução do lugar.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo. Paz e Terra. 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Ed. Centauro. 5ª edição, São Paulo, 2008.
- MARTINS, Élvio Rodrigues. **Geografia e Ontologia: O Fundamento Geográfico do Ser**. GEOUSP, São Paulo, nº 21, pp. 33-51, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Editora Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2007.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. CASTRO, Iná Elias de. (org) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo/Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Enviado para publicação em julho de 2010.

Aceito para publicação em agosto de 2010.